



Publicado em 04/09/2025 - 15:53

Procuradoria-Geral de Justiça denuncia juiz e mais 13 pessoas por desvio de dinheiro em processos

Bruno Tavares

O juiz de direito Peter Eckschmiedt, um escrevente técnico do tribunal e outras 12 pessoas foram denunciadas pelos crimes de peculato e organização criminosa. A investigação aponta que o juiz manipulava a distribuição de processos para obter dinheiro.

A Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo (PGJ) ofereceu nesta quarta-feira (3) denúncia ao Tribunal de Justiça de São Paulo contra o juiz de direito Peter Eckschmiedt, um escrevente técnico do tribunal e outras 12 pessoas pelos crimes de peculato e organização criminosa.

Em agosto do ano passado, uma operação conjunta do Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) e da Polícia Militar (PM) apreendeu R\$ 1,7 milhão escondidos no sótão da casa do magistrado em Jundiaí, no interior de São Paulo.

Entre os acusados está o perito Eduardo Tagliaferro, ex-chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A denúncia afirma que o juiz Peter Eckschmiedt idealizou e chefou um esquema de desvio de dinheiro em ações sob sua responsabilidade na 2ª Vara Civil de Itapevi, na Grande São Paulo.

O empresário e ex-piloto de Stock Car Alexandre Negrão, morto em 2023, foi uma das vítimas dos criminosos, segundo a Procuradoria.

O que diz a acusação:

- O juiz manipulava a distribuição de processos (para que certas ações caíssem em suas mãos ou em conluio com outros envolvidos);

- Decretava arresto indevido de valores (bloqueio de dinheiro sem fundamento legal ou com base em ações fraudulentas);
- Esses valores circulavam em contas judiciais e depois eram sacados pelos fraudadores

O escrevente técnico Luís Augusto Cardoso é acusado de ser o “braço direito” do juiz, selecionando os processos de interesse da quadrilha.

Em maio, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo já havia condenado o juiz Peter Eckschmiedt à aposentadoria compulsória, pena máxima prevista na Lei Orgânica da Magistratura (Lomam).

O que diz a defesa dos acusados

A defesa do Juiz Peter Eckschmiedt disse que, neste momento, “por se tratar de processo sigiloso, se manifestará exclusivamente nos autos do processo, em estrito cumprimento ao trâmite legal e ao direito de defesa”.

Na nota, os advogados Paulo Hamilton Siqueira Junior e Paulo Herschander afirmam que o juiz Peter “nega veementemente os fatos que lhe foram imputados, os quais serão devidamente esclarecidos no momento oportuno, por meio da defesa técnica a ser apresentada nos autos”.

A defesa diz ainda que reforça o compromisso com a verdade, com o devido processo legal e o respeito às instituições.

O advogado de defesa de Eduardo Tagliaferro afirmou que "a denúncia oferecida contra ele é deplorável" e "o inclui, sem qualquer embasamento investigatório - vez que nunca foi convocado para prestar esclarecimentos em sede policial -, pessoa absolutamente alheia aos fatos".

"Em verdade, com todo respeito, parece mais o aproveitamento de uma oportunidade para perseguir quem já está sendo perseguido e uma tentativa de asfixiar quem tem muito a dizer e esclarecer. Oportunamente, tudo será colocado às claras e a verdade prevalecerá pois confiamos totalmente na independência e solidez do maior Tribunal do Mundo, o TJ Bandeirante", disse a nota.

Investigação

O suposto envolvimento do juiz nesse esquema surgiu durante uma investigação conduzida pela Delegacia de Roubo a Bancos do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic).

Um banco alertou os investigadores de que golpistas tinham apresentado na agência uma falsa procuração para sacar dinheiro de uma idosa.

O caso chegou à Corregedoria do TJ, que verificou um total de três execuções judiciais fraudulentas. A apuração disciplinar revelou a participação do juiz, que foi afastado.

A aposentadoria compulsória de um juiz é a pena mais grave que pode ser aplicada a um magistrado. Mesmo estando afastado do cargo desde o ano passado, em razão das investigações do caso, o juiz continuava recebendo salário do TJ-SP.

O último salário líquido dele, no mês de abril, foi de R\$ 143 mil, segundo o site de transparência do tribunal.

Agora, Peter recebe vencimentos proporcionais ao tempo de serviço no estado.

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/09/03/procuradoria-geral-de-justica-denuncia-juiz-e-mais-13-pessoas-por-desvio-de-dinheiro-em-processos.ghtml>

Veículo: Online -> Portal -> Portal G1